

FOCO NO PLANALTO

Notas sobre a semana de 03 a 07 de abril, em Brasília.

INÍCIO DA CPI, IMPASSES NA REFORMA TRIBUTÁRIA & VETOS

CPI da pandemia no Senado Federal começa a ouvir ex-ministros. Nesta semana, a principal atenção da CPI será na tomada de depoimentos dos ex-ministros da Saúde Luiz Henrique Mandetta e Eduardo Pazuello.

Além dos ministros da Saúde, cresce a pressão para que outras autoridades federais sejam convocadas. Estão no radar da comissão o ministro da Justiça, Anderson Torres – *que mencionou a intenção de investigar governadores* – e a ministra da Secretaria de Governo, Flávia Arruda – *associada à elaboração de requerimentos apresentados por senadores aliados.*

Nesse cenário, Governo se articula para balancear relação de forças dentro da CPI. Na semana passada, a base aliada do Planalto conseguiu aprovar uma série de requerimentos destinados a colher informações de estados e municípios referentes aos repasses federais para combate à pandemia. O Governo espera conseguir maiores vitórias nessa frente e depende dessa estratégia para não ser o único alvo das investigações.

Já na Câmara, Reforma Tributária deve seguir enfrentando resistências. Apesar dos esforços do presidente Arthur Lira (PP/AL) para acelerar a tramitação da proposta – *com relatório do*

deputado Aguinaldo Ribeiro (PP/ba) previsto para ser apresentado hoje (3) – a Reforma continua sendo ponto de divergências em relação à amplitude do texto, porque Lira e Governo defendem uma votação fatiada, enquanto outros líderes partidários desejam a votação de uma proposta ampla.

Além da estratégia, o texto da Reforma também não é consenso. Governadores estaduais querem, entre outros pontos, um fundo para desenvolvimento de projetos de desenvolvimento e alterações nas regras de transição dos impostos, enquanto setores econômicos, principalmente o de serviços, não concorda com algumas propostas feitas pelo Governo, como a de alíquota única para a contribuições sobre bens e serviços (CBS). A falta de acordo sobre a abrangência da Reforma e seus pontos prioritários, combinada com o envolvimento dos atores políticos na CPI do Senado, tende a dificultar o avanço das discussões neste momento.

Em outra frente, as manifestações a favor do Governo devem repercutir nos próximos dias. As manifestações de apoio ao Presidente da República registradas em diversas capitais devem continuar repercutindo no meio político, especialmente entre a base aliada. Os eventos foram uma tentativa de demonstrar apoio popular, depois de meses sem manifestações do gênero e após oscilações na avaliação positiva do Governo.

Destaques da Semana

Terça

- A [Comissão Mista da Reforma Tributária](#) se reúne para apresentação do relatório do deputado Aguinaldo Ribeiro (PP/PB).

Quarta

- O [Congresso Nacional](#) volta a se reunir para deliberar sobre vetos presidenciais.
- A [Câmara dos Deputados](#) pode deliberar sobre o [PL 3515/2015](#), que altera a disciplina do crédito ao consumidor e dispõe sobre a prevenção e o tratamento do superendividamento.

Poder Executivo

Presidência da República

Agenda do Presidente - Jair Bolsonaro reuniu-se, nesta segunda (03), com os membros do alto comando do Exército e do alto comando da Aeronáutica. Ademais, participou de outras reuniões com o subchefe da Assessoria Jurídica, Paulo Cezar Souza (Secretaria-Geral da Presidência da República) e ministro João Roma (Desenvolvimento Social).

Agenda do Vice-Presidente - Hamilton Mourão reuniu-se, nesta segunda (03), com o Ernesto Torres Catu, CEO do grupo Citi América Latina, por videoconferência. Ademais, reuniu-se com o secretário de Turismo do RS, Ronaldo Santini.

ME

Ministério da Economia

Agenda do ministro - Paulo Guedes participou, nesta segunda (03), de reuniões com os secretários Waldery Rodrigues e Bruno Bianco (Secretaria Especial de Previdência e Trabalho). Além disso, reuniu-se com o ministro chefe Luiz Eduardo Ramos (Casa Civil). Ademais, reuniu-se com os interlocutores da Fitch Ratings, por videoconferência.

BACEN
Banco Central do Brasil

Agenda do presidente - Roberto Campos Neto reuniu-se, nesta segunda (03), com membros do alto comando do Exército e do alto comando da Aeronáutica.

Balança Comercial – Para o saldo da balança comercial, a projeção em 2021 subiu de US\$ 59,00 bilhões para US\$ 64 bilhões de resultado positivo. Para o ano que vem, a estimativa dos especialistas do mercado avançou de US\$ 54,55 bilhões para US\$ 56,50 bilhões de superávit.

Boletim Focus – A expectativa do mercado para o desempenho do PIB neste ano voltou a subir levemente. Em uma semana, a previsão passou de crescimento de 3,09% para 3,14%. Em nova alta, a previsão do mercado financeiro para a inflação de 2021 já está em 5,04%. Há um mês, a projeção para o IPCA estava em 4,81%. Com o aumento das projeções para a inflação nas últimas semanas, o mercado já vê, desde a semana passada, a Selic chegar a 5,5% ao ano até o fim de 2021.

BNDDES
Banco Nacional do Desenvolvimento

Agenda do presidente - Gustavo Montezano participou, nesta segunda (03), da 32ª edição dos "Diálogos da MEI", comitê de líderes da MEI/CNI (Mobilização Empresarial pela Inovação). Ademais, reuniu-se com a chefe da assessoria especial, Daniella Marques Consentino (ASSERI /ME).

MCom

Ministério das Comunicações

Agenda do ministro - Fábio Faria participou, nesta segunda (03), do lançamento do selo alusivo à Semana das Comunicações. Ademais, reuniu-se com o Vinícius Dalben, CEO da Ericsson.

ANATEL
Agência Nacional de Vigilância Sanitária

899ª Reunião do Conselho Diretor da Anatel – Será realizada nesta quinta (06), às 15h, a 899ª Reunião do Conselho Diretor da Anatel. Dentre os itens da [pauta](#), destacamos:

- **Item 012** – Consulta Pública sobre proposta de revisão da regulamentação da faixa de 4.800 MHz a 4.990 MHz; e
- **Item 019** – Edital de Convocação de interessados a integrar o Comitê

de Defesa dos Usuários de Serviços de Telecomunicações - CDUST.

MEC

Ministério da Educação

Agenda do Ministro - Milton Ribeiro participou, nesta segunda (03), do atendimento do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE aos Prefeitos do Estado de São Paulo.

Poder Legislativo

Congresso Nacional

O Plenário do **Congresso Nacional** volta a se reunir para deliberar sobre vetos presidenciais que remanesceram da sessão anterior, entre os quais o [VET 9/21](#) a trechos do [PL 534/21](#), como a autorização para que estados e municípios possam adquirir doses de vacinas em caráter suplementar, com recursos da União no caso de descumprimento do Plano Nacional de Imunização (PNI), o [VET 10/21](#) ao projeto que garantia de acesso à internet, com fins educacionais, a alunos e a professores da educação básica pública, e o [VET 13/2021](#), a trechos da nova Lei de Licitações.

Câmara dos Deputados

Plenário

A **Câmara dos Deputados** pode deliberar nesta quarta (5) sobre o [PL 3515/2015](#), que altera a disciplina do crédito ao consumidor e dispõe sobre a prevenção e o tratamento do superendividamento, e o [PL 3292/2020](#), que estabelece percentual mínimo para a aquisição de leite sob a forma fluida com recursos do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), entre outros projetos.

Senado Federal

O **Senado Federal** ainda não definiu sua pauta de votações para a semana, o que pode acontecer em reunião de líderes de amanhã (4).

Comissões

REFORMA TRIBUTÁRIA

Senado | CM-Reforma Tributária | Terça (04) | 15h

[Apresentação do Relatório](#)

Reunião de Trabalho - O relator da Comissão Mista da Reforma Tributária, deputado Aguinaldo Ribeiro (PP/PB), **apresentará seu parecer**.

ECONOMIA

Câmara | CFFC | Terça (04) | 09h

[Comparecimento Ministro da Economia e deliberação propostas](#)

Convite de Autoridade - A Comissão de Fiscalização Financeira e Controle da Câmara dos Deputados receberá o ministro da Economia, **Paulo Guedes**. O convite para o ministro foi requerido pelo deputado Leo de Brito (PT/C), para prestação de esclarecimentos sobre as projeções feitas pelo governo federal, no ano passado, em relação ao déficit da Previdência.

TECNOLOGIA

Câmara | Plenário 07 | Quarta (05) | 14h

Implantação da Tecnologia 5g no Brasil

Audiência Pública - Nesta terça será realizada Audiência Pública sobre “**O posicionamento da academia sobre a tecnologia 5G**”, com a presença de Marcelo Zuffo, Professor do Departamento de Engenharia de Sistemas Eletrônicos da Escola Politécnica da USP e outros convidados.

Política

Lira diz ao STF que não há prazo para analisar pedidos de impeachment. Em manifestação enviada ao Supremo Tribunal Federal (STF), o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), afirmou que não há prazo para a análise dos pedidos de impeachment apresentados contra o presidente Jair Bolsonaro. “É forçoso concluir que o exame liminar de requerimentos de afastamento do presidente da República, dada sua natureza política e em vista de sua repercussão em todo o sistema político nacional, não pode seguir um movimento automático, podendo e devendo esta Presidência ser sensível à conjuntura doméstica e internacional”, afirmou. Lira disse ainda “que o próprio Supremo tem reconhecido que o exame de admissibilidade de tais requerimentos a cargo desta presidência da Câmara não se limita a mera análise formal, podendo e devendo avançar para a conveniência e oportunidade políticas de se deflagrar um processo de impeachment do titular do Poder em torno do qual historicamente se têm organizado todas as demais instituições nacionais”. Fonte: Valor Econômico

Comissão da reforma política será instalada no dia 4 de maio. A comissão especial que vai analisar a proposta de reforma política proposta por partidos do Centrão será instalada na terça-feira (4). O presidente deve ser Luis Tibé (Avante-MG). A relatora, Renata Abreu (Podemos-SP). Ambos presidem seus partidos, que podem ser beneficiados pela reforma. O texto de instalação da comissão foi lido na última quinta-feira (29) na Câmara dos Deputados. Um dos principais pontos em discussão é a adoção do modelo conhecido como “Distritão”. Nesse sistema, os deputados mais votados em cada Estado ganham as vagas, independentemente do desempenho das siglas. Fonte: Poder 360

Congresso analisa recomposição do orçamento e vetos na terça-feira (04). O Congresso Nacional se reúne na terça-feira (4) para votar o projeto de lei que restabelece cerca de R\$ 20 bilhões ao Orçamento federal de 2021, principalmente para o pagamento de benefícios sociais (PLN 4/21). Os parlamentares também devem analisar vetos presidenciais pendentes sobre a compra de vacinas e o apoio à internet para a educação básica. O PLN 4/21 abre crédito suplementar de R\$ 19,768 bilhões para o Orçamento, recompondo parte das despesas primárias que foram reduzidas pelo Congresso na votação da lei. Fonte: Agência Câmara

Reforma Tributária

Presidente da Câmara reafirma que reforma tributária deverá ser fatiada para facilitar aprovação. O presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira (PP-AL), voltou a defender o fatiamento da reforma tributária para facilitar sua aprovação. Segundo Lira, a ideia é que os parlamentares comecem a votar os temas mais simples e consensuais da reforma e deixem os temas mais complexos para serem debatidos amplamente ao longo do ano. Ele concedeu entrevista ao programa Canal Livre, da Rede Bandeirantes, no domingo (2). Para Arthur Lira, a reforma tributária é essencial para o País voltar a crescer, pois a legislação atual, na avaliação do presidente, prejudica o crescimento econômico pela falta de segurança jurídica para garantir o investimento. Lira afirmou que está otimista em relação à aprovação da proposta. Fonte: Agência Câmara de Notícias

Judiciário

Confira a pauta da semana do STF. O Plenário do Supremo Tribunal Federal se reunirá a partir do dia 05, às 14 horas, para discutir a Ação Direta de Inconstitucionalidade ([ADI 5529](#)), o Recurso Extraordinário ([RE 574706](#)) e o [RE 999435](#). O primeiro questiona o artigo 40, parágrafo único, da Lei 9.279/96, que dispõe sobre o prazo mínimo de vigência das patentes de invenção e de modelo de utilidade, contado da data de sua concessão. O segundo trata da discussão acerca da inclusão do ICMS na base de cálculo do PIS e da COFINS, em que o Tribunal deu provimento ao recurso, fixando a seguinte tese de repercussão geral: "O ICMS não compõe a base de cálculo para a incidência do PIS e da COFINS". Já o terceiro, discute a necessidade de negociação coletiva em caso de dispensa em massa de trabalhadores. No dia 06, o Plenário se reúne para tratar do [ADI 4878](#), para a confirmação da interpretação conforme a Constituição, ao § 2º do art. 16 da Lei 8.213/1991, acerca dos beneficiários do Regime Geral de Previdência Social, e a Ação Cível Originária ([ACO 3274](#)), em que se discute a suspensão do repasse, por parte da União, de verbas federais relativas à CIDE-Combustível. Fonte: Portal STF

Economia

Nova rodada de programa de redução de jornada e salário já alcança mais de 30 mil trabalhadores. O programa de redução de jornada e salários ou suspensão de contratos já registra 31,1 mil acordos desde a sua recriação por Medida Provisória, na última quarta-feira, 28, até sexta, 30, segundo apurou o Estadão/Broadcast. As negociações envolvem 13,7 mil empregadores e 30,6 mil trabalhadores. O mesmo empregado pode realizar mais de um acordo, caso possua mais de um contrato de trabalho. Fonte: O Estado de S. Paulo

Cofix aprova US\$ 767,10 milhões em recursos externos para projetos no Brasil. Comissão de Financiamentos Externos (Cofix) do Ministério da Economia aprovou na quinta-feira (29/4), em sua 151ª reunião, o valor total de US\$ 767,10 milhões, para dez projetos financiados com recursos externos de bancos multilaterais de desenvolvimento. Os recursos serão utilizados em programas voltados para saneamento básico, infraestrutura, meio ambiente, melhoria da gestão pública, digitalização e saúde, em diversas regiões do país. O maior financiamento – US\$ 202 milhões – é proveniente do Novo Banco de Desenvolvimento (NDB) e será destinado ao Programa de Eficientização e Expansão do Saneamento de Pernambuco. O objetivo é ampliar a oferta de serviços de abastecimento de água – de 82% para 90% – e de esgotamento sanitário – de 37% para 53% –, por meio da ampliação dos respectivos sistemas, na cidade do Recife. Fonte: ASCOM ME

Mercosul passa por crise interna, tem necessidade de mudanças e sofre com futuro incerto. Era para ser um ano de festa. Brasil, Argentina, Uruguai e Paraguai completaram em março 30 anos da criação do Mercado Comum do Sul (Mercosul), que juntou os quatro países em uma união aduaneira e de livre-comércio. As “bodas de pérola”, porém, foram celebradas com crise, pressão por mudanças e dúvidas em relação ao futuro do bloco. “O comércio do Mercosul cresceu 500% de 1991 até 2000, quando houve crise cambial no Brasil e uma enorme crise econômica na Argentina. Temos de reconhecer que, nos últimos 20 anos, porém, o Mercosul esteve em relativa estagnação”, afirma o consultor e ex-secretário de Comércio Exterior Welber Barral. Fonte: O Estado de S. Paulo

3 MPs para fortalecer o mercado de capitais estão ‘no prelo’, diz Waldery. O governo tem “no prelo” três Medidas Provisórias (MPs) destinadas a fortalecer o mercado de capitais, disse na segunda-feira o secretário especial de Fazenda, Waldery Rodrigues, em reunião da Comissão da Covid-19 do Senado. Ele não detalhou, mas informou que são 15 tópicos no total. O secretário defendeu que a agenda de reformas é “imprescindível” para seguir com a mudança estrutural da economia brasileira. “A chave é zelar em momentos de normalidade, como foi feito em 2019”. Ele citou como exemplos o acordo fechado entre União e Estados em relação à Lei Kandir e um convênio recentemente aprovado pelos 27 Estados que abre caminho para a implementação do novo mercado do gás. O secretário ressaltou também a aprovação do novo marco do saneamento básico. Fonte: Valor Econômico

Covid-19

Com mais de 17 milhões de doses, Brasil bate recorde de recebimento de vacinas em seis dias. O Brasil recebeu, no sábado e domingo (1º e 2) por meio do consórcio global Covax Facility, quatro milhões de doses da vacina AstraZeneca/Oxford. O imunizante vai reforçar ainda mais a campanha nacional de vacinação, após o esforço do Governo Federal que conseguiu antecipar a entrega dessas doses para maio. No sábado (1º), foram entregues 220,8 mil doses e, no domingo (2), mais 3,8 milhões de doses. Essa é a segunda remessa de vacinas que chega ao Brasil via Covax. A primeira, de pouco mais de um milhão de doses da AstraZeneca/Oxford, foi distribuída a todos os estados e Distrito Federal ainda em março. A aquisição foi feita pelo Fundo Rotatório da Opas com recursos do Governo Federal. Fonte: ASCOM Casa Civil

Compra de vacinas por empresas é considerada importante para 75% dos brasileiros, diz CNI. A possibilidade de empresas comprarem vacinas (desde que metade seja destinada ao SUS) é considerada importante por 75% dos brasileiros entrevistados em pesquisa realizada pela CNI (Confederação Nacional da Indústria). Para 43% deles, a alternativa é considerada muito importante para a aceleração da campanha de imunização contra o vírus no país. Fonte: Folha de S. Paulo

Novo acordo com a Pfizer pode garantir entrega de 35 milhões de doses em outubro, diz Queiroga. O ministro da Saúde, Marcelo Queiroga, disse na segunda-feira (3) que o novo acordo discutido pela pasta junto à Pfizer para obter mais 100 milhões de doses de vacinas contra a Covid "está na iminência de ser fechado". Segundo o ministro, deste total, 35 milhões de doses podem estar disponíveis em outubro. "Temos um contrato com a Pfizer na iminência de ser fechado de 100 milhões de doses de vacinas. O Brasil terá à disposição 200 milhões de doses da Pfizer, o que equivale a imunizar metade de população e, ainda neste ano, porque esse segundo contrato prevê para o mês de outubro já 35 milhões de doses", afirmou. Fonte: Folha de S. Paulo

Ministro diz que é possível vacinar toda população brasileira em 2021. O ministro da Saúde, Marcelo Queiroga, disse na segunda-feira (3) que o governo tem como prioridade a vacinação e como horizonte imunizar toda a população contra o coronavírus ainda em 2021. "Estamos muito entusiasmados com a perspectiva de vacinar toda a nossa população até o final do ano. Isso é plausível", enfatizou ao participar de um evento na Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp). Segundo ele, o governo tem buscado ampliar a vacinação, mas enfrenta a falta de doses que afeta todo o mundo. "Não temos doses de vacinas suficientes, isso não é só um problema do Brasil, é um problema do mundo inteiro", ressaltou após dizer que já foram contratadas mais de 530 milhões de doses de imunizantes. Fonte: Agência Brasil

Último Foco

LGPD: cidadão vai controlar dados pessoais pelo portal Gov.br. O governo federal prepara uma plataforma de gestão de dados pessoais, a ser inserida no portal de serviços públicos Gov.br, na busca de compatibilizar o avanço da digitalização do atendimento ao cidadão com a garantia de proteção de dados, nos termos da LGPD (Lei 13.709/18). "Esse mecanismo de transparência, que precisa funcionar de forma prática, simples, vai fazer parte do Gov.br. O cidadão verá quais dados dele estão sendo acessados, que transações ele deu autorização e para qual finalidade. E ele vai poder revogar autorizações, ou reclamar de algo que achou estranho. Com isso a gente entrega o controle para o cidadão. Ele não apenas é dono da decisão de conceder o dado, mas se acha que não vale mais a pena, pode revogar e tem a quem reclamar, sob proteção da LGPD", afirma o secretário de governo digital Luis Felipe Monteiro. Fonte: Convergência Digital

Relator pede informações do TSE sobre empresas acusadas de divulgar fake news. O ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF), solicitou informações do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) sobre a existência de pagamentos declarados por candidatos ou por partidos políticos, nas eleições de 2018 e 2020, a seis empresas de tecnologia, que são alvos de Ações de Investigação Judicial Eleitoral (Aijes) naquela Corte. A decisão se deu nos autos do Inquérito (INQ) 4781, que apura, entre outros fatos, a divulgação em massa de fake news contra o STF por meio de aplicativos ou redes sociais, com ou sem intermediação de

empresas prestadoras de tais serviços, com procedimentos, em tese, semelhantes àqueles apurados nas Aijes. Fonte: Portaal STF

TJRS restabelece mais serviços após ataque cibernético. O Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul (TJRS) anunciou nesta segunda-feira o restabelecimento de mais alguns serviços aos usuários externos, agregando-se aos que já estavam disponíveis no final da semana anterior. Na última quarta-feira, o sistema informatizado do TJRS foi alvo de um ataque cibernético, promovido por cibercriminosos. Além do Poder Judiciário, a Polícia Civil, através da Delegacia de Repressão aos Crimes Informáticos (DRCI) do Departamento Estadual de Investigações Criminais (Deic), e o Ministério Público do Rio Grande do Sul, por meio da Promotoria Especializada Criminal, estão investigando o caso. Todos os serviços recuperados estão disponíveis para acesso pelo site do TJRS. Fonte: Correio do Povo

Banco Central prepara relatório prevendo moeda digital até 2022. Investir em criptoativos, como são chamados os bitcoins e outras criptomoedas, pode parecer abstrato para quem não tem familiaridade com tecnologia. A expectativa é que o lançamento de uma moeda digital oficial, emitida pelo Banco Central, dê credibilidade a essas modalidades, segundo especialistas. O argumento é que o contato com o dinheiro virtual pode levar a um maior interesse de investidores comuns e deve impulsionar aplicações em ativos digitais. Fonte: Folha de S. Paulo

Programa Brasil na Escola prevê incentivo financeiro de mais de R\$260 milhões. O programa Brasil na Escola (PBE), da Secretaria de Educação Básica (Seb) do Ministério da Educação (MEC), visa injetar mais de R\$260 milhões durante o Biênio 2021-2022. Os repasses serão realizados por meio do Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE), que presta assistência financeira para as escolas, em caráter suplementar, a fim de contribuir para manutenção e melhoria da infraestrutura física e pedagógica, com conseqüente elevação do desempenho escolar. Instituído pela Portaria nº 177, de 30 de março de 2021, o PBE tem por objetivo induzir e fomentar estratégias e inovações para assegurar a permanência, as aprendizagens e a progressão escolar com equidade e na idade adequada dos estudantes matriculados nos anos finais do Ensino Fundamental. Executado pela SEB por meio da Diretoria de Políticas e Diretrizes da Educação Básica, o Programa foi implementado sob regime de colaboração com estados, Distrito Federal e municípios. A adesão é voluntária e realizada mediante termo de adesão. Para o Secretário de Educação Básica, Mauro Rabelo, o programa reflete uma visão de gestão: “Nosso norte são as metas do Plano Nacional de Educação e o fortalecimento do regime de colaboração para apoiar as redes neste cenário de pandemia”. Fonte: ASCOM MEC